A MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL CEARENSE A PARTIR DAS NARRATIVAS EXPOSTAS PELO MUSEU DA INDÚSTRIA

Jenifer Souza de Moura Regis[1]

Edcarlos da Silva Araujo[2]

Resumo: Analisamos a atual conjuntura do Patrimônio Industrial no Ceará a partir do Museu da Indústria SESI/FIEC, que através de exposições sobre elementos constitutivos da história industrial do Estado e da história de ocupação da edificação, é entendido como espaço de memória do Patrimônio Industrial cearense. Contemporâneo ao período de remodelação de Fortaleza, o prédio que abriga o museu foi construído no século XIX para ser sede do primeiro clube social cearense, onde a elite local se reunia. Em 1894, o edifício tornou-se sede dos Correios até início do século XX, e posteriormente este será sede de algumas companhias energéticas, como a empresa inglesa Light Power e a Coelce, que após o tombamento do prédio, vende o espaço à Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Dessa forma, verificamos a formação de uma memória social que objetiva o sentimento de identificação dos sujeitos de uma sociedade. Nisto, buscamos entender quais memórias o referido museu tem construído e exposto acerca do tema em discussão. Com base nos significados que o Patrimônio Industrial encontra no museu da indústria, seja através das mediações realizadas pelo Núcleo Educativo, das marcas deixadas pelos processos de ocupação no prédio e das entrevistas com os gestores e funcionários da instituição, apontaremos através da atual pesquisa como a formalização de uma memória comum utiliza-se também dos aspectos patrimoniais como ferramenta de adesão social e histórica. Concomitantemente, procuramos discutir os aspectos da memória ligados ao trabalho, verificando se, e em quais sentidos a preservação da memória da indústria e do trabalho tem sido acionada no Museu da Indústria desde sua fundação em 2014.

Palavras-chave: Patrimônio industrial. Museu da Indústria. Exposições.

Introdução

Contemporâneo ao período de remodelação de Fortaleza, o prédio que hoje abriga o Museu da Indústria, está localizado na confluência da Rua. Dr. João Moreira com a Floriano Peixoto, de frente ao Passeio Público e a 10ª Região Militar (Forte de Nossa

[1] Graduanda em licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC. jenifersouzademouraregis@gmail.com
[2] Mestre em História e Espaços pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. historiadoraraujoed@gmail.com

Senhora de Assunção), seguindo na João Moreira, seus vizinhos são a Santa Casa de Misericórdia, a Associação Comercial, o Centro de Turismo do Ceará - Emcetur (Cadeia Pública), e mais a frente o atual Complexo Cultural Estação das Artes (Estação João Felipe), tais espaços configuram um raro corredor histórico para Fortaleza, preservando elementos de sua formação.

O prédio que abriga o Museu da Indústria foi construído em 1871, no auge do processo de remodelação de Fortaleza, que arquitetado pela elite cearense, buscava tornar a cidade mais moderna e civilizada, através de um plano urbanístico inspirado nos ideais difundidos pela França do século XIX. Influenciados pelo movimento francês *Belle Époque*, e enriquecidos com o ciclo do algodão, responsável por inserir o Ceará no capitalismo mundial (PINHEIRO;2021), a elite cearense financia a reestruturação de Fortaleza. Concentrada no Centro da cidade, a remodelação do bairro buscava afrancesar o município por meio de reformas nas calçadas, da introdução de praças com jardins, como o passeio público, e prédios de arquitetura neoclássica, como o prédio do referido museu. Além do código de posturas que definia os modos civilizacionais a serem seguidos por aquela sociedade cearense.

Em 1882 o prédio passa a ser hotel, o Grande Hotel do Norte, depois torna-se abrigo de diversas instituições e empresas, como os Correios e Telégrafos. Já nos anos 1930 é sede da companhia energética inglesa, Light Power, a quem Otacílio de Azevedo dedica sofridos versos que rememoram a experiência operária na empresa (AZEVEDO;1980), que ao explorar os serviços de bondes na cidade, traz a tão desejada modernidade do século XIX. Após falência da distribuidora de energia, a prefeitura de Fortaleza compra suas ações, e passa a ser CONEFOR, que depois torna - se COELCE. Nos anos 1990 a edificação entrou em estado de abandono, e em 1995 através do Decreto nº 23.829, de 29 de agosto, o espaço tem seu tombamento definitivo a nível estadual. Já no início dos anos 2000, o prédio é comprado pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará, que após o processo de restauro, inaugura em 2014 o Museu da Indústria.

Entre 2014 e 2024, o Museu da Indústria apresentou ao público diversas mostras, como a exposição “História da Industrialização do Ceará”, a primeira inaugurada no

Museu. Em sua trajetória nestes 10 anos a maioria de suas exposições foi de longa duração, como a Exposição Carnaúba - Árvore da Vida, que permaneceu nos salões do antigo Hotel do Norte, de 2017 a março de 2024. Além da exposição "Eletricidade: História, memória e futuro do patrimônio energético no Ceará", aberta ao público em 2021 e em cartaz até o presente momento da escrita deste trabalho.

Através deste escopo buscamos discutir aspectos relacionados ao patrimônio industrial do Ceará, percebendo quais memórias têm sido difundidas pelo museu acerca deste patrimônio, quais sujeitos e aspectos têm sido acionados e tensionados quando na construção das narrativas expostas pelo espaço. Desta forma, relembramos que o museu da indústria é gerido pela FIEC, instituição atuante no âmbito da indústria no Ceará, mantendo relações institucionais com as indústrias do estado. E que ligada ao sistema "S", SESI/SENAI/SESC, oferta cursos e formações à sociedade que visa o investimento no futuro da indústria, como alegam em seus slogans e propagandas. Portanto, sendo o museu mantido por esta federação devemos nos atentar também às suas semelhanças e aproximações com seus mantenedores, embora não seja possível abordar todos os aspectos em um único artigo.

Bases para a questão do patrimônio industrial

Com base no histórico acima, observa-se a estreita relação que a instituição possui com o Patrimônio industrial cearense, desde a base econômica que possibilitou sua construção, o ciclo do algodão, bem como nos usos da edificação, quando é ocupada como sede administrativa da empresa que comandava os bondinhos da cidade, movidos a energia elétrica, a Light Power. E, agora enquanto espaço cultural que se centra na difusão do conhecimento do património industrial do Ceará. Dito isto, nosso objetivo é entender de que maneira a memória desse patrimônio tem sido acionada pela instituição, a partir do entendimento de que os museus industriais possuem a responsabilidade de preservar uma história e memória que estão intrinsecamente ligadas a formação do mundo contemporâneo (MATOS; BESSA; RODRIGUES, 2018.) Em consonância, acionamos um conceito defendido por Mário Chagas, "o museu novo", que se configura como uma instituição museal que realiza o diálogo entre o homem e o organismo social em que este

se encontra. Ou seja, o museu nesta perspectiva, deve disseminar a história do homem e seu meio, de forma orgânica, dialógica, crítica e histórica.

> O novo museu, assim concebido, deve orientar-se no sentido de colaborar, de alguma forma, para um melhor conhecimento do homem acerca de Si Mesmo, acerca da natureza e do organismo social onde vive, com o qual se relaciona profundamente.
>
> (CHAGAS;1985)

Não obstante, destacamos os lugares de memória como um lugar de difusão de narrativas, que por sua vez, são formuladas a fim de gerarem uma identificação, e, portanto, adesão de uma sociedade, através principalmente, do uso da memória como elemento de adesão social e coletiva (POLLAK, 1989). Por isso, nos interessa compreender quais narrativas têm sido disseminadas acerca do patrimônio industrial cearense pelo Museu da Indústria, através de suas exposições. Para isso, devemos destacar algumas exposições que passaram por seus históricos salões expositivos, entendendo de que forma as narrativas contidas nos conteúdos expográficos acionaram a memória da industrialização cearense.

Para isso, faz-se necessário a compreensão do conceito de patrimônio industrial, que emerge de uma demanda do período pós II Guerra Mundial, na Inglaterra, nos anos de 1950. No período em que os pólos industriais britânicos encontravam-se devastados após o conflito, trazendo a necessidade de investigação das estruturas e meios que foram destruídos ou abandonados. Assim, ações voltadas para o resgate destes bens, que eram importantes para a história daquela nação, pois fazem parte do sistema estruturante que impactava nas dinâmicas sociais ligadas ao que chamamos de cultura, foram realizadas através do que chamaremos de arqueologia industrial.

E, afinal, o resgate e a preservação do patrimônio se constitui na necessidade de perceber o valor e o uso simbólico destes elementos que fazem parte de períodos históricos que representam pontos importantes para o conhecimento historiográfico e cultural das sociedades que os elegem. Concepção que vem desde a criação dos primeiros órgãos de preservação no Brasil, a partir do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN criado em 1937, que hoje é o Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional - IPHAN, passando também pela Constituição Federal de 1988, que alargou o conceito de patrimônio cultural.

A partir de tais esforços, iniciam- se trabalhos arqueológicos, que trazem à tona vestígios que remontam ao intenso processo de industrialização ocorrido na Inglaterra, que alterou a dinâmica da vida cotidiana para os habitantes daquele conjunto urbano. E, por se referir a um período histórico recente, houve então a necessidade de se criar uma nova categoria arqueológica, a arqueologia industrial que possui como objeto de estudo, o patrimônio industrial. A relevância desta categoria patrimonial carrega profunda importância para o entendimento do mundo contemporâneo, que passou por intensas transformações no período das revoluções capitalistas. Tais alterações tiveram grande impacto na estrutura do tecido social do mundo que conhecíamos, transformando as redes de sociabilidades, as dinâmicas culturais, a arquitetura, a economia, os modos de viver, inclusive as práticas de lazer, sobretudo a dos trabalhadores. Ou seja, o processo de industrialização que a sociedade viveu nos séculos XIX e XX, configura-se como um marco histórico no mundo e por isso, os elementos que reconstroem este passado, sejam eles materiais ou imateriais, precisam ser reconhecidos como patrimônios, que devem ser protegidos, preservados e difundidos para os indivíduos sociais.

Esse debate de proteção do patrimônio industrial vem à tona, quando no processo de desindustrialização percebe-se, pelos intelectuais que atuam na área, um abandono da história da indústria, que se constituiu principalmente através das mãos dos trabalhadores. Nisto, devemos destacar que o patrimônio industrial trata-se também de um tema difícil, que envolve exploração, negligência e desumanização de vários operários que mantinham o funcionamento das fábricas e por conseguinte, a estrutura social funcionando. Portanto, o patrimônio industrial, trata-se da história do trabalho, dos meios de produção, do trabalhador e seu território, do impacto que este modo econômico teve sobre a vida desta nova sociedade gestada sob a luz da ascensão capitalista, e estes aspectos devem ser enfatizados por instituições que dissertam sobre este campo patrimonial (MATOS; BESSA; RODRIGUES, 2018, p. 153). Em Fortaleza, por exemplo, temos um bairro que se formou a partir da permanência de sertanejos e ferroviários que trabalhavam pelas redondezas da região, o Moura Brasil - que fica próximo ao Museu da Indústria - não tão diferente dos bairros de operários que se formavam na Europa industrial.

Desta forma, entende-se o patrimônio industrial como um campo múltiplo, que deve ser visto de maneira integrada. Isto porque, ele deve estar ligado a bens culturais que se conectam por meio de questões como: a natureza social, técnica - o saber fazer dos trabalhadores, que deve ser visto como um patrimônio imaterial - industrial ((MATOS; BESSA; RODRIGUES, 2018, p. 47), e da perspectiva empresarial, analisando de que formas estas instituições impactaram a sociedade e sua economia. Mediante a estas questões, por volta dos anos 60 e 70, iniciam-se as discussões acerca deste novo campo patrimonial, afinal, como reconhecê-lo, preservá-lo e para quê resguardá-lo?

Esta movimentação em torno da temática, se inicia na Europa e quando chega ao Brasil vem de forma tímida e concentrada em áreas como São Paulo. Reafirmando a tendência brasileira de destacar a região Sul e Sudeste em detrimento das demais, que por consequência sofrem com os estigmas depreciativos a que são constantemente sujeitas, como o estereótipo de que o Nordeste é uma região atrasada. Corroborando a importância de estudos científicos que embasam a importância social e histórica de localidades, como o Ceará, por isso pensamentos como os de Aloísio Magalhães, que em entrevista a uma revista, fala sobre a paisagem industrial que se forma no Brasil e destaca a cultura e estética nordestina como elementos fundamentais para uma visão integrada do País, reivindica a atenção que as instituições culturais e de preservação devem ter para não resumir o país a regiões como Rio e São Paulo (MAGALHÃES; 1977).

Como supracitado, a questão do patrimônio industrial entra em discussão ainda no século XX, passando a fazer parte das pautas das convenções voltadas para o meio cultural e patrimonial. Dessa forma, há um encontro em 1964, que resulta na Carta de Veneza, já em 1980 ocorre outro evento onde foi produzida a Carta de Burra, em 2003 foi elaborada uma carta Manifesto pelo TICCIH-Brasil em prol do patrimônio industrial brasileiro. E, no mesmo ano tivemos a divulgação da Carta de Nizhny, a qual usaremos como referencial para o presente artigo, que apesar de possuir conceitos problemáticos e complexos para a atualidade, se coloca como um documento importante para as definições de patrimônio industrial. Segundo a Carta de Nizhny, o patrimônio industrial é composto por elementos munidos de vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico:

> O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.[3]

E, destaca ainda um recorte temporal em que se insere as demandas deste patrimônio em discussão. Ressaltamos que há debates acalorados acerca dos períodos que devem ser contemplados pelo patrimônio industrial, mas como supracitado, iremos nos concentrar nas definições desta carta, que destaca os períodos de Revoluções Industriais:

> O período histórico de maior relevo para este estudo estende-se desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII, até aos nossos dias, sem negligenciar as suas raízes pré e proto-industriais. Para além disso, apoia-se no estudo das técnicas de produção, englobadas pela história da tecnologia.[4]

No Brasil, as preocupações com o patrimônio industrial restringiam-se a São Paulo, Rio de Janeiro e na região Sul, principalmente através dos vestígios da malha ferroviária. Neste movimento, nota-se a ausência da região Nordeste na ocupação de lugares que destacam seus patrimônios industriais, que são muitos. No próprio site do TICCIH há uma ausência de materiais relacionados ao patrimônio industrial nordestino, e é diante deste vazio que buscamos trazer à tona a questão do patrimônio industrial cearense, por meio das narrativas expostas pelo Museu da Indústria.

A memória da indústria nos salões expositivos

Para uma melhor elucidação destas breves considerações, optamos por destacar aspectos de nossa análise a partir de três exposições do Museu da Indústria, estas escolhidas por serem as mostras realizadas pela equipe de profissionais do Museu e que mais se relacionam com o tema estudado, referenciamos que a instituição já recebeu

[3] Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial, TICCIH, 2003. Disponível em: www.ticcih.org. Acesso em: 06/10/2024.
[4] Id.

outras exposições sobre design e artes plásticas, que por sua concepção não se alinham ao que estamos debatendo, por isso preferimos concentrar nossos esforços na seguintes exposições: História da industrialização do Ceará, Carnaúba - Árvore da vida e Eletricidade: História, memória e futuro do patrimônio energético no Ceará.

Como destacou o historiador Ulpiano Bezerra de Meneses, museus são espaços de construção do poder (1999), por nós historiadores tratados como templos que advogam por passados que não vivemos, através de artefatos resguardam memórias que nos contaram e lemos nos livros, e que presentes no museu nos convidam a conhecer, em visitas escolares quando crianças ou pela curiosidade, de entrar nesses ambientes que muitas vezes são suntuosos e até mesmo amedrontadores por sua opulência.

Nisto, entende-se a importância da educação para o patrimônio, que deve mediar o conhecimento entre patrimônio e sociedade, de forma dialógica. No Museu da Indústria, esse processo educativo ocorre por meio de mediações das exposições para grupos agendados, em sua maioria escolares, e aos finais de semana há mediações para o público espontâneo que visita o espaço. Em concomitância, ocorrem mediações sobre o histórico da edificação, e oficinas e formações educativas, que em sua maioria se relacionam com os aspectos do patrimônio e da memória.

Importante destacar que o Núcleo Educativo do Museu da Indústria é formado por uma equipe multidisciplinar com historiadores e arte-educadores, além de estagiários de mediação cultural dos cursos de geografia, história, artes visuais, ciências sociais e pedagogia.

O Museu da Indústria carrega todas essas marcas, e ainda a tarefa de valorizar e preservar a história industrial cearense, como é apontado em seu site oficial[5], e para concretizar tal afirmativa desenvolve ações que buscam apresentar a temática ao grande público, como oficinas, espetáculos teatrais, cursos e suas exposições.

A exposição “História da Industrialização do Ceará”, aberta ao público na inauguração do Museu em 2014 e permanecendo até o primeiro trimestre de 2018, permitia ao visitante interagir através de telas, com linhas do tempo, documentos, imagens e dados com “a rica e fascinante história da industrialização cearense que se

[5] Veja em https://www.museudaindustria-ce.org.br/sobre-nos. Acesso em: 06/08/2024.

inicia com o ciclo do couro e chega até os dias atuais"[6], contudo o principal foco desta exposição estava em seu acervo físico de maquinário doado por indústrias cearenses, em exposição estavam: máquina de costurar couro, peça de engrenagem de moinho, balança de algodão do século XIX, equipamentos utilizados na indústria gráfica, como: uma impressora Linotipo e um armário guarda tipos.

Tais artefatos estavam dispostos com uma forma de se aproximar das formas de produção dos bens no passado, levando ao interesse e curiosidade do público sobre o que cada máquina fazia, ou sobre como se operava o aparelho. No texto disponível no site do museu que se concentra na descrição desta exposição, destaca-se a presença dos maquinários supracitados, mas não cita a presença dos trabalhadores nos textos ou imagens. Nisto, destacamos a ação educativa, que por meio da educação patrimonial deveria tensionar a presença e importância destes trabalhadores nos processos industriais.

Já a exposição "Carnaúba- Árvore da vida", buscava demonstrar o papel da planta no desenvolvimento do Ceará, partindo da década de 1940, com seu beneficiamento, destacando a presença da empresa SC Johnson e sua atuação no Ceará, como explicitado a seguir:

> [...] reconta a longa história da SC Johnson com o Brasil, que teve início quando H.F. Johnson Jr., que desembarcou em Fortaleza em busca de uma reserva permanente da cera de carnaúba, matéria-prima dos produtos de sua empresa na época. Dois anos depois, a companhia abriu sua primeira fábrica no Brasil e se tornou a primeira empresa a refinar a cera de carnaúba – além disso, a SC Johnson passou a ser a primeira fabricante no Brasil a financiar e incentivar pesquisas sobre a árvore da carnaúba.[7]

Dessa forma, entre 2017 e março de 2024, a exposição apresentava seus temas através de painéis, maquetes, imagens e produtos gerados através da cera de carnaúba, a mostra permitia uma imersão no conteúdo, passando pela história, botânica, aspectos geográficos e culturais relacionados à planta. Os sujeitos sociais envolvidos no trabalho

---

[6] Ibid.

[7] Portfólio de atuação cultural do Museu da Indústria, disponível em: https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/agent/9949/portf%C3%B3lio_museu_da_ind%C3%BAstria.pdf. Acesso em: 06/08/2024.

diário com a planta aparecem na exposição, com referências aos seus objetos de trabalho e rotinas, porém este assunto ganha maior corpo nas mediações realizadas pelo Núcleo Educativo do Museu.

Por fim, a mostra "Eletricidade: História, memória e futuro do patrimônio energético no Ceará", em cartaz desde o final de 2021, até o momento da escrita deste artigo, possui uma divisão em setores, em uma primeira parte temos acesso a 9 experimentos que envolvem eletricidade, esses experimentos podem ser realizados pelo público visitantes sozinhos e acompanhados pela mediação de educadores do Museu.

No segundo setor da exposição, temos uma extensa linha do tempo com eventos importantes para a história da eletricidade que aconteceram em Fortaleza, no Ceará e demais estados desta unidade federativa e eventos a nível global, e seis maquetes com telas expondo vídeos e textos sobre as seguintes usinas e fontes de geração de energia: termelétrica, nuclear, usina de ondas, hidrelétrica, solar e eólica. Neste setor, ainda há uma discussão sobre o futuro da energia com o hidrogênio verde, uma fonte de energia renovável de baixo carbono com estudos em desenvolvimento no Ceará, que conta com investimentos da FIEC.

Percebemos nesta exposição um grande potencial de interação entre o visitante e o conteúdo expositivo, que por sua vez extrapola o âmbito das curiosidades e tenta fazer perceber a importância da energia em nosso cotidiano, observando o papel da indústria na geração de energia, e discutindo temas importantes como a geração de energias cada vez mais limpas.

Considerações finais

Percebemos nas três exposições referenciadas o interesse do Museu da Indústria em destacar a importância das diferentes indústrias em nosso dia a dia, seja conhecendo máquinas e os processos executados por trabalhadores, ou através dos produtos que utilizamos gerados através de uma determinada indústria, como os produzidos através do beneficiamento da cera de carnaúba, ou ainda por meio da discussão sobre a geração e uso das energias e seu impacto causado no meio ambiente.

Entendemos que a equipe responsável pelo programa expositivo e educativo do Museu, tem executado um importante trabalho de diálogo entre tais temas e seus visitantes, propondo interações e dinâmicas que ajudam a visualizar como o trabalho de diversos agentes ao longo dos séculos nos possibilitou o desenvolvimento tecnológico vivenciado hoje. Ao longo da análise se destaca a importância da educação patrimonial para a mediação entre patrimônio industrial e os sujeitos sociais, que por meio de processos educativos, dialoga sobre o histórico industrial cearense e tensiona os impactos sociais gerados pela ascensão industrial, assim como discute sobre a importância deste período para o entendimento da sociedade atual. Discutir estas questões é importante para que possamos discutir as memórias presentes nas fábricas e espaços operados pelos trabalhadores, através de sujeitos e artefatos, para assim adensar as discussões sobre o patrimônio industrial no Ceará.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: **Arquivos, patrimônio e memória: Trajetórias e perspectivas**. SILVA, Zélia Lopes da (org.) São Paulo: Editora UNESP:FAPESP, 1999. p. 11- 29.

PARENTE, Tiago Coutinho. Uma cidade e uma literatura em formação: o romance A Afilhada e a Fortaleza do final do século XIX In: **XII Congresso Internacional da ABRALIC**, Curitiba, Brasil. 2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silencio•. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, ed. 3, 12 dez. 1989.

AZEVEDO, Otacilio de. **Fortaleza descalça.** 1 ed. Ceará: SECULT, 2010.

MATOS, Ana Cardoso de; SALES, Telma Bessa; RODRIGUES, Ronaldo André. **Conversando sobre patrimônio industrial e outras histórias::** palavras, espaços e imagens. 1 ed. Sobral: UVA, 2018. 242 p. ISBN: 978-85-9539-026-3.

PINHEIRO, Francisco José. **Brotando da terra:** A subordinação dos pobres-livre, no Ceará, sob a vigência da escravidão (1780-1880). 1 ed. Ceará: Expressão Gráfica e Editora, 2021.